
REVISTA TAKA'A

O ENSINO DA LÍNGUA AKWĒ -XERENTE NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR CONSTANTINO PEDRO DE CASTRO, DE TOCANTÍNIA, ESTADO DO TOCANTINS

Teaching the Akwē - Xerente language at the Municipal School Professor Constantino
Pedro de Castro, in Tocantínia, state of Tocantins

Danilo Rodrigues Corsino¹
Universidade Federal do Tocantins – UFT
danilo.corsino@mail.uft.edu.br
<https://orcid.org/0009-0008-4662-2194>

RESUMO

Este artigo representa o trabalho final de conclusão do curso de licenciatura em Pedagogia, realizado no campus de Miracema do Tocantins. Seu objetivo central é investigar como a cultura do povo indígena Xerente, que reside no município, é abordada no processo de ensino-aprendizagem da língua Akwē-Xerente nas escolas municipais urbanas. A pesquisa possui um caráter teórico, analítico e descritivo, fundamentando-se em estudos bibliográficos de Collet *et al* (2014), Baniwa (2006), documentais e experiências de campo. Buscou-se analisar, por meio de estágios supervisionados, como a língua materna do povo Xerente está sendo ensinada em sala de aula na Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro, além de apresentar dados relevantes sobre a educação municipal.

Palavra-chave: Povo Xerente. Língua Akwē -Xerente. Ensino-Aprendizagem.

ABSTRACT

This article represents the final project for the undergraduate course in Pedagogy, carried out at the Miracema do Tocantins campus. Its main objective is to investigate how the culture of the Xerente indigenous people, who live in the municipality, is addressed in the teaching-learning process of the Akwē Xerente language in urban municipal schools. The research has a theoretical, analytical and descriptive character, based on bibliographic studies by Collet *et al* (2014), Baniwa (2006), documents and field experiences. The aim was to analyze, through supervised internships, how the mother tongue of the Xerente people is being taught in the classroom at the Professor Constantino Pedro de Castro Municipal School, in addition to presenting relevant data on municipal education.

Keyword: Xerente People. Akwē -Xerente language. Teaching and Learning

¹ Discente graduado do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus de Miracema do Tocantins, Brasil. Endereço para correspondência: Unidade Warã –Campus de Miracema. Avenida Lourdes Solino s/nº. Setor Universitário -Miracema do Tocantins –TO, CEP: 77.650 -000.

REFLEXÕES INICIAIS

O interesse em desenvolver uma pesquisa, sobre o tema, surgiu durante o estágio supervisionado do curso de Licenciatura em Pedagogia, realizado em uma escola municipal de Tocantínia, no estado do Tocantins. Essa pesquisa foi a base para o trabalho de conclusão de curso do autor, o qual foi aprovado pela banca examinadora. Em sala de aula, havia alunos indígenas cuja presença despertou a curiosidade sobre seu processo de ensino-aprendizagem. Finalizamos o estágio com várias questões e dúvidas sobre a aprendizagem, em relação às questões que envolvem a cultura indígena local, especialmente, em relação aos alunos indígenas.

Essas questões nos levaram a vários questionamentos em relação à inclusão desses alunos em escolas não indígenas: Como tem sido a inclusão dos alunos indígenas no ambiente escolar? Como os professores ensinam os alunos indígenas? Como tem sido a aprendizagem dos alunos indígenas nas escolas urbanas? Esses questionamentos contribuíram para a elaboração do problema de pesquisa: Como tem sido a educação escolar dos alunos indígenas nas escolas públicas não indígenas da cidade de Tocantínia do Tocantins?

O objetivo geral foi compreender o processo de ensino-aprendizagem da língua *Akwẽ*-Xerente em escolas públicas não indígenas na cidade de Tocantínia. Os objetivos específicos incluíram conhecer as políticas educacionais voltadas à educação de indígenas e não indígenas nas escolas e identificar as ações realizadas com base nas políticas públicas na instituição escolar.

O estudo foi baseado na metodologia de pesquisa bibliográfica de Collet *et al.* (2014), que propõe romper preconceitos para fortalecer o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas. A pesquisa também utilizou documentos produzidos pela Secretaria Municipal de Educação de Tocantínia e empregou uma abordagem descritiva para alcançar os objetivos do trabalho.

Nesse sentido, em relação à educação escolar, a Seção I, do Cap. III, do Art. 205 da Constituição Federal diz que a educação é “[...] direito de todos e dever do Estado [...]”. Nessa mesma perspectiva, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB n. 9.394/96 garante o acesso da população à educação.

Assim, todos têm direito a uma educação pública, inclusiva e de qualidade social, pois é um direito de todo cidadão.

O artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) prevê que o Sistema de Ensino da União, em colaboração com agências federais, promova programas integrados de ensino e pesquisa para oferecer educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas. Esses programas têm como objetivos recuperar memórias históricas, reafirmar identidades étnicas, valorizar línguas e conhecimentos indígenas, e garantir o acesso a informações técnicas e científicas da sociedade nacional e outras sociedades indígenas e não indígenas.

Assim, a educação escolar desempenha um papel fundamental na valorização da cultura dos povos indígenas, promovendo o acesso a novos conhecimentos para alunos indígenas e não indígenas. As instituições de ensino, ao cumprirem seu papel, ampliam o repertório cultural e científico desses estudantes, respeitando e integrando saberes que fortalecem as identidades culturais indígenas.

Sob essa perspectiva, o estudo levantou questionamentos sobre como a língua do povo indígena *Akwẽ-Xerente* tem sido ensinada em sala de aula, considerando as práticas pedagógicas adotadas. Muitos indígenas, por diversas razões, mudam-se para a cidade e acabam frequentando escolas não indígenas em Tocantínia – TO, o que impacta diretamente o modo como sua língua e cultura são abordadas no ambiente escolar.

Este estudo iniciará com uma pequena introdução sobre o povo indígena que reside no município de Tocantínia, no Tocantins. Serão apresentados alguns desafios enfrentados pela língua *Akwẽ* no momento. Em seguida, serão abordadas as legislações, juntamente, com os resultados das observações realizadas na escola, além da apresentação de dados educacionais municipais relacionados à população indígena do município de Tocantínia.

Conhecendo o povo *Akwẽ-Xerente*

Os *Akwẽ-Xerente* são um povo indígena que habita a região central do estado do Tocantins, especialmente, na cidade de Tocantínia e arredores. De acordo com o censo de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população total do município é de 7.459 pessoas, das quais 4.086 se identificam como pertencentes ao povo *Akwẽ-Xerente*, tornando-se a maior etnia indígena do estado do Tocantins. São falantes da língua *Akwẽ*, da família linguística Jê, pertencente ao Tronco Macro-Jê (Rodrigues, 1986). Esse povo possui

uma rica cultura que integra tradições, rituais e práticas específicas que fortalecem sua identidade e preservam seus costumes ancestrais.

A organização social dos *Akwẽ*-Xerente é baseada em uma estrutura dual, dividida em dois clãs principais: *Doí* e *Wahirê*, que desempenham papéis distintos e complementares dentro da comunidade. Essa divisão orienta diversos aspectos da vida social, como as relações de parentesco, o casamento e a divisão de funções dentro da organização social do povo. A cultura *Akwẽ*-Xerente é profundamente conectada com o ambiente natural. Seus conhecimentos sobre a flora, fauna e o uso sustentável dos recursos demonstram uma relação de respeito e cuidado com a natureza.

Os missionários ensinavam o português aos indígenas e, em alguns casos, tentavam preservar e documentar as línguas indígenas, contribuindo para um contato mais respeitoso com as culturas nativas. Contudo, esse processo de alfabetização também tinha limitações, pois os métodos e conteúdos frequentemente refletiam uma perspectiva externa, que desconsiderava os valores e saberes tradicionais dos povos indígenas. Os conteúdos eram voltados para a assimilação e não respeitavam integralmente as especificidades culturais e linguísticas dos *Akwẽ*-Xerente, impondo, muitas vezes, uma visão de mundo diferente da deles.

A língua *Akwẽ* é um traço essencial de sua identidade, transmitida entre gerações para preservar sua história e conhecimento. No entanto, a educação escolar bilíngue é fundamental para garantir que o idioma continue sendo uma ferramenta de comunicação e expressão cultural e, também, para que os jovens *Akwẽ*-Xerente possam interagir com o mundo não indígena sem perder sua identidade. Nesse contexto, a implementação de uma educação intercultural e bilíngue, assegurada na Constituição Federal de 1988, e prevista, também, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), é essencial para apoiar a preservação cultural e o fortalecimento da identidade *Akwẽ*-Xerente.

Além disso, os *Akwẽ*-Xerente têm enfrentado desafios para manter seu território e suas práticas culturais em meio às pressões do desenvolvimento econômico e da expansão agrícola na região. Apesar disso, suas lideranças atuam de maneira ativa para defender os direitos de seu povo e preservar suas tradições, reforçando a importância de políticas públicas que valorizem e protejam as culturas indígenas no Brasil.

Desafios e estratégias para continuidade da língua *Akwẽ*-Xerente

A alfabetização dos povos indígenas no Brasil, incluindo o povo *Akwẽ*-Xerente de Tocantínia, no estado de Tocantins, passou por várias fases, influenciadas por políticas

governamentais e pela atuação de missionários. Nos anos 1940, os processos de alfabetização dos Akwẽ-Xerente eram, muitas vezes, conduzidos por missionários, principalmente das igrejas católicas e protestantes. Estes missionários desempenhavam um papel central, uma vez que o sistema educacional brasileiro, à época, não incluía de forma efetiva as comunidades indígenas.

Nos dias de hoje, o desafio da alfabetização entre o povo é agravado pela falta de políticas públicas adequadas e pela pouca valorização da língua e da cultura indígena nas escolas. As políticas educacionais, em grande parte, são falhas em garantir uma educação bilíngue e intercultural de qualidade para os povos indígenas. A ausência de programas sólidos e de professores capacitados nas escolas Xerente leva a uma queda na qualidade da alfabetização. Esse problema é um reflexo da falta de investimento e apoio do governo, além de uma possível desvalorização das tradições e culturas indígenas dentro do sistema educacional.

Os desafios e dificuldades para manter as línguas indígenas em uso ativo são variados, especialmente, em contextos nos quais há uma constante interação com as línguas nacionais predominantes. Grande parte dessas dificuldades está associada ao sistema educacional, aos meios de comunicação majoritários e à adoção de práticas políticas e religiosas que contribuem para o abandono das línguas indígenas.

A preservação das línguas indígenas enfrenta diversos desafios no contexto moderno. Com a predominância do português e o impacto da *internet*, as crianças e jovens indígenas são expostos a conteúdos digitais, incluindo jogos *online* e redes sociais que, quase sempre, utilizam apenas o português. Além disso, muitos desses jogos e plataformas *online* promovem valores e culturas distintas das tradições indígenas, causando um distanciamento das raízes culturais.

Vimos que a televisão também é um elemento fundamental nessa dinâmica. Programas em português, com temáticas que frequentemente não refletem a realidade e os valores da comunidade Akwẽ-Xerente, são transmitidos sem considerar o impacto cultural negativo. Isso inclui conteúdos considerados inadequados para esses contextos culturais específicos, que podem reforçar estereótipos ou promover hábitos estranhos aos costumes tradicionais. O uso desmedido da televisão, sem conteúdo específicos e adequados, também agrava a falta de opções culturais nativas.

A música, sendo um aspecto tão fulcral da cultura, enfrenta dificuldades semelhantes. Com a música em português sendo amplamente consumida e a falta de composições ou

gravações em línguas indígenas, as novas gerações podem se distanciar das canções tradicionais que expressam saberes, histórias e crenças.

De modo geral, a escassez de material didático em línguas indígenas nas escolas é outro desafio. Quase sem livros, vídeos e outros recursos em sua língua materna, fica difícil ensinar e promover o uso da língua, o que impacta diretamente na sua preservação. No caso dos *Akwẽ*-Xerente, destacamos alguns materiais didáticos já produzidos, como cartilhas e uma gramática pedagógica na língua *Akwẽ*-Xerente elaboradas por Rinaldo de Mattos. Há também cartilhas produzidas pelos professores indígenas e pela irmã Sílvia Tekla Wewering, em 2015. A Licenciatura Intercultural da UFG também tem produzido diversos materiais, que estão disponíveis no site do [Núcleo Takinahakỹ](#)².

Outra questão é o currículo escolar (matriz curricular), muitas vezes, padronizado, sendo adaptado para o ensino do português e de temas gerais, mas sem incluir o ensino da língua indígena ou disciplinas que abordem a cultura indígena de forma consistente. Os desafios precisam ser enfrentados com a criação de políticas públicas educacionais de incentivo ao uso das línguas indígenas nos meios de comunicação e nas escolas. Isso pode incluir a produção de programas e jogos educativos em línguas indígenas, a adaptação dos currículos escolares para incluir a cultura e a língua locais, e a criação de materiais didáticos que promovam o aprendizado e a valorização das línguas e culturas indígenas.

Nesse sentido, para reerguer e fortalecer as línguas indígenas, são necessárias estratégias que respeitem as tradições e os saberes locais, envolvendo a comunidade indígena no processo e garantindo o apoio do Estado. Um dos primeiros passos é o **reconhecimento das escolas indígenas** como instituições legítimas, o que pode ser alcançado por meio da **pressão política das comunidades indígenas**. Esse reconhecimento é para que tais escolas tenham apoio estrutural e pedagógico, assegurando a continuidade do ensino da língua e cultura indígenas.

A criação de **espaços alternativos autogestionados de educação indígena** também se mostra fundamental. Esse modelo permite que a própria comunidade organize e administre espaços educativos, começando com a **educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental**. Nesse ambiente, é possível incluir métodos pedagógicos que valorizem a cultura local e possibilitem que a língua indígena seja a base de ensino desde os primeiros anos escolares.

² <https://intercultural.letas.ufg.br/p/20020-nucleo-takinahak-de-formacao-superior-indigena-ntfsi/publicacoes>

Outro ponto é a **alfabetização na língua indígena desde o início**. Como a alfabetização é um processo único e decisivo, ela deve ocorrer na língua materna da criança para reforçar sua identidade linguística e cultural. Além disso, é importante que a **comunidade seja consultada** em todas as etapas, para que o processo educacional esteja em sintonia com os valores e os interesses da própria comunidade indígena.

A **imersão na língua** permite que a língua indígena seja ensinada em períodos específicos e em contextos de uso cotidiano, também é uma estratégia eficaz. Em lugares onde a língua ainda é falada, as aulas podem ser conduzidas integralmente na língua indígena, promovendo uma maior absorção e prática.

O reconhecimento das **línguas indígenas como cooficiais em municípios e estados** é uma medida de importância para a visibilidade e valor oficial às línguas indígenas, possibilitando o seu uso em espaços institucionais e públicos. E os **projetos político-pedagógicos (PPPs)** das escolas necessitam ser **validados pelos conselhos municipais de educação**. Assim, essas escolas terão autonomia para implementar currículos que fortaleçam a língua e cultura locais, com o respaldo legal necessário. Esse reconhecimento também pode ser conquistado por meio de **pressão política** das comunidades indígenas, que devem exigir que o Estado garanta o direito à educação bilíngue.

A implementação de uma educação bilíngue e intercultural para o povo *Akwẽ-Xerente* visa respeitar sua língua indígena, permitindo que o aprendizado ocorra tanto em português quanto em Xerente, fortalecendo assim a identidade cultural. Para isso, é essencial investir na formação de professores indígenas das próprias comunidades, preparando-os para atuar de forma sensível às necessidades culturais e linguísticas dos estudantes. Além disso, é fundamental a participação ativa das comunidades na definição dos currículos, envolvendo lideranças e famílias para garantir que os temas de estudo estejam alinhados com os valores e tradições locais.

Legislações e observações na Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro

Um momento histórico para os povos indígenas que ocorreu no Brasil foi a criação da Lei 11. 645/08, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da educação básica. Ela reforça a importância de promover o reconhecimento e valorização das contribuições dessas culturas para a formação da sociedade

brasileira, contribuindo para uma educação que respeite a diversidade e fomente o combate ao preconceito e à discriminação.

No município de Tocantínia, a valorização da cultura do povo *Akwẽ*-Xerente apresenta um cenário ambíguo: embora haja esforços pontuais para promover e preservar essa cultura, a discriminação ainda persiste, alimentada pela falta de implementação de políticas públicas consistentes. Esse déficit na efetivação de políticas acaba por comprometer o respeito e a valorização da cultura local.

Nesse contexto, observa-se que as políticas públicas educacionais, em especial, desempenham um papel importante, pois, ao não se alinharem às especificidades culturais da comunidade, podem perpetuar formas de discriminação, reforçando estereótipos e negligenciando a identidade cultural do povo *Akwẽ*-Xerente.

Segundo Collet *et al.* (2014), a importância de abordar a temática indígena na sala de aula não apenas por ser "politicamente correto" ou porque os indígenas são nossas raízes, mas também devido às graves situações de conflito, discriminação e violência que os povos indígenas enfrentam.

Partindo dessa concepção de valorização e preservação cultural, destaca-se a criação de uma importante lei municipal que regulamenta o ensino da cultura local em Tocantínia-TO. Diante dos desafios enfrentados pelo povo *Akwẽ*-Xerente na manutenção de sua identidade e na luta por seus direitos, dois vereadores Xerente, Alexandre Saparzanẽ Xerente e Ivan Suzawré Xerente pensaram e elaboraram, em 2012, a Lei Municipal nº 411/12. A legislação tem como principal foco combater a questão da perda das raízes culturais, em especial, a preservação e valorização da língua cooficial *Akwẽ* - Xerente.

A Lei nº 411/12 busca garantir que a língua *Akwẽ* seja incentivada e ensinada nas instituições de ensino do município, promovendo o envolvimento das novas gerações com a herança linguística e cultural de seu povo. Esse tipo de política educacional é fundamental, pois reconhece a língua como parte integrante da identidade e da história do povo Xerente. O artigo 231 da Constituição Federal assegura aos povos indígenas o direito às suas línguas ancestrais, ao afirmar que “São reconhecidos aos índios sua organização social, **costumes, línguas, crenças e tradições**, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (grifo nosso).

O Conselho Nacional de Educação também promulgou a Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar

Indígena na Educação Básica, documento que serve de base para a educação escolar entre os povos indígenas.

A legislação, específica sobre a educação escolar indígena, prevê a proteção dos direitos das crianças indígenas. Por isso, se a escola urbana deseja realmente implantar a interculturalidade, necessitaria respeitar esses direitos.

De acordo com as observações realizadas na Escola Municipal Professor Constantino Pedro de Castro, localizada no Bairro Vila Planalto, em Tocantínia-TO, as legislações que determinam o ensino da cultura local do povo Akwẽ-Xerente, no ambiente escolar, não estão sendo plenamente implementadas. A situação da lei municipal aprovada em 2012, que regulamenta essa prática, envolve uma série de fatores complexos. Entre eles, destaca-se a necessidade de professores qualificados para ministrar aulas na língua Akwẽ-Xerente para alunos indígenas e não indígenas, além de materiais didáticos com traduções específicas, elementos que, infelizmente, não foram encontrados na escola.

Mesmo sabendo que os professores recebem formação continuada, abordando a cultura local, é necessário que nas atividades curriculares e nos tópicos propostos sejam abordadas as temáticas indígenas em sala de aula. Collet *et al.* (2014, p. 13) reitera a importância de o professor falar com seus alunos a respeito das lutas e reivindicações do movimento indígena, sem perder de vista as inúmeras diferenças existentes entre as etnias em suas formas de organização, na economia, no sistema de crenças e religiosidade, nos rituais e festas e nos conhecimentos, entre outros aspectos.

De acordo com observações na escola urbana, a presença da língua Akwẽ-Xerente é percebida de forma muito superficial e simbólica. Embora haja algumas traduções dos nomes dos espaços em Akwẽ-Xerente estampadas nos muros e em placas de identificação interna, como nas portas dos sanitários, na entrada da sala da direção, coordenação, secretaria e cozinha, esse uso não vai além da sinalização. Em algumas paredes, há figuras que representam aspectos da cultura indígena, mas o contato com a língua em si fica restrito a esses elementos visuais.

Os materiais didáticos utilizados na prática pedagógica abordam temáticas indígenas, mas geralmente, focam em povos de outras etnias, sem contemplar o povo Akwẽ-Xerente. Nos livros da disciplina, incluindo os de história, não há qualquer referência específica à cultura ou história desse povo, evidenciando uma ausência significativa de representatividade local no conteúdo educacional.

Para tentar remediar os problemas com a educação indígena no município, a Secretária Municipal de Educação criou o projeto “Leitura Viva”. Ele é estruturado de forma a oferecer diariamente uma variedade de atividades, como contação de histórias, relatos tradicionais, discursos Xerente, músicas e teatro. Além disso, o espaço inclui exposições das criações dos alunos da rede municipal de educação, aberto não apenas aos moradores de Tocantínia, mas também, a visitantes de outras localidades. E um dos intuítos desse projeto é trazer cada vez mais as temáticas indígenas para dentro das escolas da zona urbana.

Observa-se que o projeto “Leitura Viva” tem atuado, principalmente, nas escolas durante a “Semana dos Povos Indígenas”, o que é preocupante para os alunos indígenas e não indígenas. É preciso compreender que a língua *Akwẽ* não é limitada a essa semana; ela faz parte de todos os dias letivos do calendário escolar municipal, especialmente, considerando a presença de crianças indígenas matriculadas nas instituições de ensino da zona urbana.

Essa preocupação surge devido à necessidade de suporte técnico-linguístico por parte de professores indígenas que atuam em sala de aula. E como as escolas da zona urbana de Tocantínia não contam com professores Xerente, isso compromete a eficácia do ensino da língua *Akwẽ*.

De acordo com Baniwa (2006), a maioria das escolas continua ignorando e sufocando as pedagogias indígenas, o que contribui para o enfraquecimento ou desaparecimento das culturas e dos próprios povos indígenas. Se a Secretaria Municipal de Educação reconhecesse essas questões nas escolas urbanas, e promovesse concursos públicos com vagas específicas para professores interculturais, a alfabetização intercultural no contexto educacional urbano certamente ocorreria de forma mais homogênea, atendendo, assim, a necessidade dos alunos e um dos requisitos estabelecidos pela Lei Municipal nº 411/12.

Dados da educação municipal de Tocantínia do Tocantins

A Secretaria Municipal de Educação de Tocantínia disponibilizou, via *e-mail*, um documento detalhado com dados educacionais, após o autor encaminhar um ofício solicitando essas informações. O relatório fornecido pela Secretaria traz um panorama abrangente do sistema educacional do município, incluindo o número total de escolas urbanas, rurais e indígenas, além de dados sobre matrículas e o quadro de professores.

Em 2023, o município de Tocantínia apresentou uma rede de ensino municipal composta por seis escolas. Entre elas, três estão situadas na área urbana, enquanto duas atendem à zona

rural. Além disso, Tocantínia conta com uma escola indígena na aldeia Salto *Kripé*, a escola indígena contém mais 27 núcleos de ensino dedicados à educação infantil.

Em 2023, de acordo com a Secretária Municipal de Educação, foi revelado que o sistema educacional da região contava com um grupo de docentes. Dentro desse grupo, havia uma divisão entre professores indígenas e não indígenas. Todos os professores indígenas eram designados para atuar na Escola Municipal Indígena *Simsari*, bem como, em seus núcleos localizados na comunidade indígena local.

Tabela 1- Quadro de professores da rede municipal de ensino de Tocantínia-TO

PROFESSORES	QUANTIDADE
INDÍGENAS	30
NÃO INDÍGENAS	48
TOTAL	78

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

Conforme os dados divulgados pela Secretaria Municipal de Ensino, em 2023, foi registrado que há centenas de crianças e adolescentes *Akwẽ-Xerente* matriculados nas instituições de ensino municipais. Uma boa parte desses indígenas está frequentando escolas na zona urbana, em função de seus pais terem migrado para essas áreas, em busca de oportunidades de trabalho e educação.

Tabela 2 - Matrículas Indígenas na rede municipal de ensino de Tocantínia-TO

MATRÍCULAS	QUANTIDADE
INDÍGENAS	620

Fonte: Elaborada pelo autor (2024)

A distribuição dos professores indígenas, exclusivamente, na Escola Municipal Indígena *Simsari* e seus núcleos reflete um esforço para preservar e valorizar a cultura indígena dentro do contexto educacional local. No entanto, a concentração desses educadores, em uma única instituição, pode limitar o alcance do conhecimento e da cultura indígena para outras escolas e alunos do sistema educacional. Dessa forma, é importante ressaltar que as crianças indígenas que frequentam as escolas urbanas não têm contato direto com suas tradições. Mas, em relação à língua materna, uma coisa é certa: as crianças que estudam na Escola *Simsari* têm

uma vantagem no ensino da língua *Akwẽ*, porque contam com professores *Akwẽ*-Xerente e estão imersas em suas tradições linguísticas e culturais.

A lei municipal de 2012 tem o intuito de levar a educação intercultural para promover o diálogo na língua cooficial para dentro das instituições de ensino da área urbana. No entanto, os concursos públicos municipais até oferecem vagas específicas para esse cargo, mas em quantidades insuficientes para atender às necessidades das escolas urbanas.

O autor pesquisou sobre os últimos concursos públicos do município de Tocantínia, pois no último concurso realizado pelo Instituto de Capacitação, Assessoria e Pesquisa (ICAP), na cidade de Tocantínia em 2018, foram disponibilizadas apenas quatro vagas para o cargo de professor intercultural, o que é um número muito baixo.

REFLEXÕES FINAIS

O reconhecimento e a valorização da cultura indígena no Brasil enfrentam uma série de desafios, especialmente no contexto educacional. A criação da Lei 11.645/08 representou um marco nesse compromisso ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros nas escolas. Essa lei reforça a importância dessas culturas para a formação da identidade nacional e busca promover um ambiente educacional de respeito e combate à discriminação.

No caso específico de Tocantínia, município do estado do Tocantins, a Lei Municipal nº 411/12 avançou ao estabelecer diretrizes para preservar e promover a cultura e língua *Akwẽ*-Xerente. Essa legislação representa um importante passo no reconhecimento da singularidade cultural indígena local, mas enfrenta dificuldades práticas na implementação. Na escola pesquisada, entre os principais desafios estão a falta de professores capacitados, materiais didáticos específicos e a limitação da presença da língua e cultura indígena a representações visuais e simbólicas, insuficientes para garantir um aprendizado significativo e a vivência completa da língua *Akwẽ*-Xerente.

O projeto “Leitura Viva” é uma iniciativa que busca incorporar elementos da cultura indígena ao ambiente escolar, promovendo atividades que abordam a cultura *Akwẽ*-Xerente, principalmente, durante a “Semana dos Povos Indígenas”. No entanto, a abordagem pontual e episódica do projeto revela uma limitação na inclusão contínua dessa cultura no currículo

escolar. Para que a cultura e a língua *Akwẽ-Xerente* sejam efetivamente integradas ao ambiente educacional, é necessário um compromisso de longo prazo, com ações que transcendam eventos isolados.

Estudiosos como Baniwa (2006) destacam a importância de respeitar e incorporar as pedagogias indígenas no ambiente escolar, alertando para o risco de essas práticas serem negligenciadas ou até mesmo suprimidas. A falta de integração dessas pedagogias pode enfraquecer a identidade cultural dos povos indígenas, reforçando a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e representativa.

A atuação da Secretaria Municipal de Educação de Tocantínia é fundamental nesse contexto, tanto na criação de políticas educacionais interculturais, quanto na promoção de concursos específicos para professores indígenas, que possam contribuir para uma educação mais completa e respeitosa da cultura *Akwẽ-Xerente* no cotidiano das escolas urbanas. Assim, o reconhecimento e a valorização da cultura indígena no contexto educacional brasileiro, especialmente, em municípios como Tocantínia, exigem um esforço contínuo para superar barreiras práticas e reforçar o compromisso com uma educação que respeite e promova a diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. (17 de março de 2008). **LEI Nº 11.645, DE 10 março DE 2008**. Fonte: Casa Civil da República: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

COLLET, Célia: **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas** / Célia Collet, Mariana Paladino, Kelly Russo. – Rio de Janeiro: Contracapa Livraria; Laced, 2014.

ICAP. (Janeiro de 2018). **Concursos Públicos**. Fonte: ICAP- Instituto de capacitação, assessoria e pesquisa: <https://concursos.icap-to.com.br/informacoes/50/>

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 224p. (Coleção Educação Para Todos, Série Vias dos Saberes, n.1). ISBN 85-98171-57-3

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. **Línguas indígenas brasileiras**. Brasília, DF. Laboratório de Línguas Indígenas da UnB, 2013. Disponível em <http://www.laliunb.com.br>

TOCANTÍNIA. (08 de dezembro de 2021). **O Centro de Referência do Projeto Leitura Viva é inaugurado em Tocantínia**. Fonte: Prefeitura de Tocantínia: <https://www.tocantinia.to.gov.br/blog/artigo/centro-de-referencia-do-projeto-leitura-viva-e-inaugurado-em-Tocantinia>.

TOCANTÍNIA. (17 de 03 de 2012). **Lei n. 411/2012 - Do Município de Tocantínia /TO**. Fonte: Repositório Brasileiro de Legislações Linguísticas: <https://direitolinguistico.com.br/repositorio/s/rbll/item/30#lg=1&slide=0>

Histórico

Submetido: 15 de novembro de 2024.

Aprovado: 11 de dezembro de 2024.

Publicado em: 17 de dezembro de 2024

Licença de Uso

Licenciado sob Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Porém, não permite adaptar, remixar, transformar ou construir sobre o material, tampouco pode usar o manuscrito para fins comerciais. Sempre que usar informações do manuscrito deve ser atribuído o devido crédito de Autoria e publicação inicial neste periódico.

